
A IMPRENSA RÉGIA

O TARDIO NASCIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL

Lidia Lerbach de SOUZA¹

Mestranda em Língua Portuguesa PUC-SP

Resumo: O presente artigo apresenta um panorama da Imprensa Brasileira no período regencial, mais especificamente entre os anos de 1808 e 1823, a partir de um estudo sobre as bases da imprensa nacional. Seguindo a metodologia historiográfica proposta por Koerner e Swiggers, buscamos analisar o contexto de produção desses textos, seu valor histórico e seus reflexos atualmente. Tendo como base bibliográfica as obras de historiadores e pesquisadores da história da imprensa brasileira, como Carlos Rizzini, Nelson Werneck Sodré, Rubens Borba de Moraes e Isabel Lustosa, partimos da instituição de uma Imprensa Régia quando da chegada da corte imperial ao Brasil, e chegamos até os primeiros jornais independentes do Império, nos idos de 1821 a 1823. As pesquisas mostram como o cerceamento da imprensa no Brasil colonial pela coroa portuguesa privou os brasileiros do acesso à informação e expressão durante séculos e quando a imprensa é finalmente instituída no país, passa a exercer uma função social essencial no processo de transformações sociais e evolução de colônia a uma nação independente.

Palavras-chave: Historiografia; Imprensa régia; Hipólito da Costa; Jornais do século XIX

Introdução

Este trabalho discorre sobre o nascimento da imprensa brasileira, tomando por ponto de partida a instituição da Imprensa Régia no Brasil em 1808, após a chegada da corte de D. João VI, que se mudou de Portugal para a colônia brasileira, fugindo das invasões napoleônicas. Falaremos aqui sobre o jornal *O Correio Braziliense* que, embora não tenha sido uma publicação oficial e em terras brasileiras, constitui o primeiro jornal deste país, uma vez que passou a circular três meses antes do periódico oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*. Chegaremos até os primeiros jornais independentes do Império, nos idos de 1821 a 1823 e seu importante papel nas questões políticas do país, como a Independência e a convocação da Assembleia Constituinte.

¹ Endereço eletrônico: lidialerbach@yahoo.com.br

O procedimento metodológico aplicado nesse estudo busca seu modelo naquele que norteou a construção da obra *História Entrelaçada*, organizado pelas professoras doutoras da PUC-SP, Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma, e que segue o proposto por Koerner e Swiggers para uma Historiografia Linguística, a qual ocupa-se do modo de escrever a história do saber linguístico, a fim de entender seu desenvolvimento em determinado contexto. (BASTOS e PALMA: 2004)

Sendo assim, conforme a obra citada, seguimos os três princípios básicos da pesquisa historiográfica: a *contextualização*, analisando o momento histórico em que se deu as publicações dos primeiros jornais brasileiros, no início do século XIX, os eventos que envolvem o tema do nascimento da imprensa brasileira; a *imanência*, buscando entender histórica e criticamente o texto sem cair no anacronismo; e a *adequação*, no sentido de aproximar os conceitos passados e os atuais para um alinhamento possível.

Nossas pesquisas bibliográficas tomam por base as obras de: Isabel Lustosa, historiadora e pesquisadora do assunto, com várias publicações acerca da Imprensa Nacional Brasileira; Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*; Carlos Rizzini, *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil* e Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. Tais obras são fontes riquíssimas de informação e detalhes minuciosos da história de nossa Imprensa; seus autores são considerados clássicos e indispensáveis a um pesquisador do tema ou a qualquer pessoa que por ele se interesse.

Brasil, o último país das Américas sem imprensa

Graças à proibição da Coroa Portuguesa, até 1808, o Brasil era um dos únicos países do mundo – excetuando-se alguns países da África – que ainda não produzia palavra impressa (LUSTOSA: 2004). Do século XIV ao século XIX, não apenas a instalação de tipografias era proibida na colônia, mas também a entrada e circulação de livros vindos do exterior. Bibliotecas particulares eram raras e clandestinas, excluindo-se os jesuítas que as possuíam em suas igrejas e colégios, mas todas com finalidade catequética. (MARIANI:2003).

Em Rizzini (1988, p.310), vemos que, já em 1706, houve uma tentativa frustrada de instalação de uma pequena tipografia na colônia. Um negociante português tentou fazer imprimir por aqui letras de câmbio e orações devotas, mas assim que as autoridades da metrópole souberam do fato, expediram uma carta régia, datada de 8 de junho de 1706,

mandando que os impressos fossem recolhidos e o tipógrafo notificado. Tudo acabou por isso mesmo e até o nome do tal tipógrafo perdeu-se no esquecimento.

Algum tempo depois, em 1746, outra efêmera tentativa tipográfica sucedeu na colônia: Antonio Isidoro da Fonseca, antigo impressor de Lisboa, montou uma gráfica no Rio de Janeiro, mas, novamente uma ordem régia, datada de 10 de maio de 1747, mandava que ele interrompesse suas atividades e determinava também a apreensão de todo o material de impressão e até mesmo a deportação do tipógrafo para Portugal. Dizia o decreto:

“(…)Não sendo conveniente haver aí tipografias, nem mesmo utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no Reino, de onde podiam vir impressos os livros e papéis, no mesmo tempo em que deviam ir as licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino, sem as quais não se podia imprimir nem correr obras” (SODRÉ: 1966)

Ora veja, não era mesmo conveniente a Portugal a instalação de tipografias na colônia, mas os motivos, bem sabemos, nada tinham a ver com as despesas. Certamente não era interessante que a colônia passasse a produzir seus próprios textos e jornais, pois mantê-la no obscurantismo era o caminho mais fácil e seguro para trazer sob seu jugo e seguir explorando por muito tempo ainda aquela que era a sua “galinha dos ovos de ouro”.

O pobre Isidoro nem pretendia publicar aqui jornais ou panfletos “subversivos”, seus intentos eram modestos, coisa de alguns livretos, folhetos e poesias, conforme afirma Rizzini (1988, p.310). Mas, para Portugal, essa poderia ser apenas a porta de entrada para outras tipografias que, depois de estabelecidas, como se poderia controlar? Com mais essa tentativa frustrada, o Brasil seguiria ainda longe das letras impressas por alguns longos anos.

A instituição da Impressão Régia no Brasil

Em 1808, o Príncipe Regente D. João VI e toda a sua corte mudam-se para o Brasil, fugindo da perseguição do exército de Napoleão Bonaparte. Esse fato trouxe grandes mudanças para a vida da colônia, que nunca mais seria a mesma. Uma dessas mudanças foi a instituição da Impressão Régia, uma tipografia oficial instaurada no dia 13 de maio de 1808 para publicar os despachos e atos governamentais do Príncipe Regente.

Não por acaso, num dos navios que trouxeram a corte e seus pertences, vieram caixas fechadas com equipamento completo para montar uma tipografia, trazidos, segundo consta em Rizzini (1988, p.317), por iniciativa de Antonio de Araújo, o Conde Da Barca. Era ele, em Lisboa, titular do Ministério de Negócios Estrangeiros e da Guerra, e esse material havia sido comprado para uso desse ministério, mas nunca tinha sido utilizado. O conde então, logo que chegou ao Brasil, mandou instalar a tipografia nos porões de sua casa.

No decreto de instituição da Impressão Régia, assinado pelo Príncipe Regente, D. João VI, consta o seguinte trecho:

“Tendo-Me constado, que os Prélos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço.”

O teor do decreto faz parecer que o Príncipe Regente só tomou conhecimento da tipografia depois de sua efetiva instalação em uma casa brasileira. Mas, há que se duvidar que matéria de tal importância, fosse desconhecida das autoridades portuguesas, aliás, Rubens Borba de Moraes afirma em uma de suas obras que “o *fato de não terem sido esquecidos os caixões contendo a tipografia parece-nos uma prova adicional do planejamento da mudança da Corte para o Brasil, e não de uma fuga desordenada.*” (MORAES: 1993).

Publicando o seu *Correio Braziliense* a partir de Londres, Hipólito da Costa saúda, mas não sem uma ponta de ironia, o estabelecimento da imprensa no Brasil:

“O mundo talvez se admirará, que eu vá anunciar, como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma imprensa no Brazil; mas tal é o facto. Começou o século 19, e ainda os pobres brazilienses não gozavam dos benefícios, que a imprensa trouxe aos homes [...] Tarde, desgraçadamente tarde mas enfim aparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brazilienses” *Correio Braziliense*, Londres, out. 1808, p.393, 394 (*apud* MORAES P.18)

Como bem afirma Hipólito da Costa, esse acontecimento foi muito tardio no Brasil e, em verdade, a Imprensa mesmo veio mais tarde ainda, porque nesse primeiro momento, o

decreto assinado pelo Príncipe Regente outorga o estabelecimento da Impressão Régia, a qual se ocuparia, conforme descrito no documento, “*exclusivamente de toda a Legislação, e Papéis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Real Serviço, além de outras obras*”. Nada menciona, à priori, sobre a impressão de publicações periódicas de teor jornalístico.

Uma junta administrativa, composta por membros da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares e José da Silva Lisboa, o futuro conde de Cairu, foi nomeada para comandar as atividades da Impressão Régia, que se ocupava inicialmente de publicações de pequenos livros, folhetos avulsos, sermões, algumas obras científicas, outras literárias, além, é claro, dos papéis de expediente e despachos do Príncipe Regente.

Além da gerência da oficina, competia a essa junta administrativa “*examinar papéis e livros que se mandassem publicar, a fim de assegurar que não se imprimisse nada contra a religião, o governo e os bons costumes*” (RIZZINI, P.317). O próprio Príncipe Regente lia os originais dos textos antes da publicação. Tratava-se da censura prévia, que ditaria as normas e condições para que se imprimisse qualquer coisa na colônia.

A Gazeta do Rio de Janeiro

Em 10 de setembro de 1808, quatro meses após a publicação do decreto que instituiu a Impressão Régia, vem à lume o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal publicado no Brasil. Seu redator era o Frei Tibúrcio José da Rocha, mas foi logo substituído pelo jornalista Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, o primeiro jornalista profissional do Brasil, o qual permaneceu no cargo até 1821.

O periódico costumava ter quatro páginas, às vezes seis ou oito e era bissemanal, saindo às quartas e sábados e, eventualmente, havia edições extras. Encimado por uma epígrafe de Horácio, *Doctrina sed vim promovet insitam, Rectique cultus pectora roborant*², seu conteúdo era composto majoritariamente por fatos relacionados à vida da família real, decretos públicos e informações da Europa, acabando por ser na verdade uma tradução de folhas da Inglaterra e da Gazeta de Lisboa.

² Os modos de vida corretos fortificam os corações.

Basicamente, pode-se dizer que a Gazeta destinava-se à corte portuguesa exilada no Brasil, uma vez que as matérias trazidas em suas páginas eram de interesse específico desse grupo da sociedade. Em suas páginas, o jornal atualizava-os sobre os movimentos do exército de Napoleão na Europa, divulgava nomeações e condecorações oferecidas a membros dessa elite, trazia anúncios classificados que atendiam a suas necessidades. Ou seja, não era um jornal sobre o Brasil nem para os brasileiros.

Efetivamente, não exercia a Gazeta a função social da imprensa, cujo papel já se configurara na sociedade, estava mais para um “*enfadonho rol de atos oficiais e intermináveis ditirambos à família reinante*”. Criticando o teor do jornal, Hipólito da Costa lamentava o desperdício de papel de tão boa qualidade para se imprimir tão ruim matéria, “*melhor se empregaria se fosse usado para embrulhar manteiga*”. (apud RIZZINI P.332)

O Correio Braziliense ou Armazém Literário

Não oficial, mas oficiosamente, o primeiro jornal do Brasil é o *Correio Braziliense*. Seu primeiro número foi publicado em junho de 1808, três meses antes do jornal oficial, a Gazeta do Rio de Janeiro. Seu editor, Hipólito da Costa, era um brasileiro exilado em Londres, então era de lá que ele editava e enviava para o Brasil, por meio de navios, mensalmente, os exemplares de seu jornal.

Hipólito da Costa nascera no Brasil em 1764 e fora estudar em Coimbra, formando-se em leis e filosofia no ano de 1794. A partir de então, foi trabalhar na Impressão Régia de Lisboa e, em 1798, foi enviado a trabalho pelo governo português aos Estados Unidos, onde ficou por dois anos. Lá, teve contato com um estilo de vida moderno, instituições sociais, políticas e culturais avançadas para a época e, principalmente, conheceu mais de perto a maçonaria, cujos ideais libertários e iluministas fizeram-no olhar criticamente a situação de Portugal e do Brasil: atrasados, dominados por uma aristocracia retrógrada e um regime absolutista.

Voltando a Portugal, Hipólito retoma sua função de diretor literário na Impressão Régia, mas, paralelamente a isso, desenvolve suas primeiras atividades maçônicas no reino. Em nova viagem oficial, desta vez a Londres, a fim de adquirir material gráfico e livros para a Real Biblioteca, aprofunda seus contatos com poderosos maçons ingleses, inclusive o filho do Rei George, o duque de Sussex.

Em 1802, quando volta para Portugal, é preso em Lisboa, acusado de maçonaria, o que não era crime, segundo as leis portuguesas, porém era proibido pelo Santo Ofício, cujo peso da autoridade ainda valia mais que a própria lei. Hipólito é mantido incomunicável por muito

tempo no “segredo”, onde é interrogado e ameaçado de ser lançado ao Tribunal da Inquisição caso não entregasse tudo que soubesse sobre a organização geral da maçonaria em Portugal. Ele nada revelou nem ninguém delatou, mesmo sob a promessa de liberdade se o fizesse. Vê-se que o atual benefício da delação premiada afina-se bem com as práticas inquisitórias do século XIX.

Por quase três anos, Hipólito da Costa ficou preso no Rossio, apesar dos esforços de seus influentes amigos para tirá-lo de lá, até que, em 1805, escapa da prisão e consegue fugir para a Inglaterra, onde passou a residir sob a proteção do duque de Sussex, seu amigo, e obteve cidadania inglesa (SODRÉ:1966). Vivendo em Londres, ele lançou em junho de 1808 o periódico *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, que veio a ser o primeiro jornal do Brasil, por isso Hipólito é considerado o fundador da imprensa brasileira e é hoje patrono da imprensa no Brasil.

O que motivou a iniciativa de Hipólito da Costa de criar um jornal para o Brasil foi a novidade da mudança da família imperial para a colônia. Ele vê nesse fato insólito a possibilidade de um novo ciclo se iniciando na história do Brasil, um ciclo de progresso e desenvolvimento; indústrias, universidades e imprensa, por que não?

O nome do Jornal, *Correio Braziliense* deve-se ao fato de que, naquela época, os brasilienses eram as pessoas nascidas ou estabelecidas no Brasil, isto é, aqueles que tinham o Brasil por sua pátria. Brasileiros eram os comerciantes que negociavam com o Brasil, não os cidadãos de origem brasileira, como se considera hoje. Havia ainda os chamados de brasilianos, que eram os primeiros nativos da terra, os índios. Com essa escolha, Hipólito deixava claro quem era o seu público-alvo: os leitores do Brasil.

Além de ser o primeiro jornal do Brasil, *O Correio Braziliense* é também o primeiro jornal em língua portuguesa de teor político, doutrinário e livre da censura prévia.

“Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa, dada a dificuldade de lançar obras periódicos nos Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam falando livremente das ações dos homens poderosos” (apud SODRÉ)

De periodicidade mensal, *O Correio* não tinha a configuração de um jornal tal como concebemos hoje. Possuía mais de 100 páginas, encadernação em brochura e capa azul escuro. Dividia-se em quatro partes: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências e Miscelânea.

Como era a praxe dos jornais da época, também trazia em epígrafe versos consagrados da literatura, nas palavras de Camões: “*Na quarta parte nova os campos ara / E se mais mundo houvera lá chegara*”. Essa prática relaciona-se a um contexto em que a imprensa desempenhava também um papel social de suprir a falta de instrução e de acesso à educação; o jornalismo acabava, por seu turno, sendo um importante difusor das chamadas Luzes. (LUSTOSA: 2004)

As páginas do jornal eram dedicadas, em sua maior parte, aos acontecimentos do exterior, inclusive trazendo extratos de notícias que seu editor traduzia das gazetas internacionais. Era assim que o Brasil se mantinha atualizado sobre os fatos que ocorriam no mundo, era assim que Hipólito mostrava para o brasileiro outras formas de organização social e administração pública, instando-os contra o absolutismo e o despotismo, contra a escravidão e outros problemas sociais que mantinham o Brasil estagnado num processo de desenvolvimento que tinha tudo para deslanchar e alavancar o progresso da nação.

Não demorou muito para que o correio começasse a incomodar as autoridades portuguesas e fosse proibido de circular no Brasil. Acusando o jornal de conter “*calúnias contra a nação e falsas atrocidades contra várias pessoas*”, o condé de Linhares determina ao Juiz da Alfândega que apreenda todo e qualquer exemplar que lhe apareça dessa obra “*cheia de veneno político e falsidade e que pode iludir gente superficial e ignorante*” (SODRÉ, p.29). Apesar disso, os exemplares do Correio Braziliense continuaram a ser enviados para o Brasil e a circular de maneira clandestina entre os leitores que, avidamente, esperavam chegar-lhes às mãos as páginas daquela que era sua melhor, senão única, fonte de informações sobre o mundo.

Durante quatorze anos, mensalmente, seu editor expedia para o Brasil um número do *Correio Braziliense*. Com a declaração de Independência, em 1822, considerou ele cumprida a sua missão e encerrou as atividades do Correio Braziliense. Menos de um ano depois, em 1823, faleceu repentinamente Hipólito José da Costa, aquele que mais que o fundador da imprensa brasileira, foi um brasileiro visionário e idealista de sua pátria, da qual teve que se afastar fisicamente, mas onde sempre esteve seu coração.

Liberdade de imprensa e primeiros jornais independentes

Art. 179 – Parágrafo 4º. Todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam

de responder pelos abusos que cometerem no uso deste direito, nos casos e pela forma que a lei determina.

O artigo supracitado, pertence à Constituição de 25 de março de 1824, garantindo em lei a liberdade de expressão de pensamento. Entretanto, já em 1821, D. João VI, antes de deixar o Brasil, havia decretado, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia. Embora o novo decreto não tenha extinguido a censura, ao menos alterou o modo como a aplicavam: as folhas impressas eram analisadas pelo censor, o que antes ocorria nos originais, previamente à impressão.

Em 8 de junho do mesmo ano, D. Pedro I decretou a vigência no Brasil das Bases da Constituição Política Portuguesa, e assim, os brasileiros passam a usufruir de uma liberdade de imprensa. A partir de então começaram a surgir os primeiros jornais independentes do país.

Muitas foram as publicações de jornais e panfletos políticos nesse período. Em geral, os periódicos eram de iniciativa particular, isto é, qualquer cidadão letrado que quisesse se manifestar publicamente sobre as questões políticas do país podia fazê-lo rodando o próprio jornal. De produção artesanal, dezenas de jornais e panfletos de caráter doutrinário, ideológico e panfletário circulavam na sociedade desse tempo. Marcadas pela efemeridade, essas publicações desapareciam na mesma rapidez com que surgiam, durando alguns apenas a edição do primeiro número. (RIBEIRO:2007)

Ironicamente, o primeiro jornal a ser publicado por iniciativa particular era editado por José da Silva Lisboa, que havia sido o diretor da censura prévia na Imprensa Régia. O futuro visconde de Cairu era tido na época como o homem mais culto do Rio de Janeiro e um defensor do liberalismo econômico, porém era bastante conservador quanto às liberdades políticas. Em sua opinião, a imprensa livre vinha prejudicando a política na Inglaterra e no Brasil não seria diferente.

Cairu comparava a liberdade civil e de imprensa ao “vinho espirituoso”, que atordoas as cabeças fracas e arruina os estômagos débeis. Dizia que, se a censura “não obstasse os desvarios no vulgo”, mais depressa se aceleraria a época das desordens totais. (LUSTOSA: 2004)

Para provar seu ponto de vista acerca dos males que a liberdade de imprensa traria para a sociedade, Cairu publica o primeiro periódico independente do país, o *Conciliador do Reino Unido*. O que constitui um paradoxo: ele usa da liberdade de imprensa para depor contra ela

mesma. Mas o conteúdo do jornal é de apoio à monarquia, seu redator não apoiava a independência do país.

Preocupado em defender a manutenção da posição do Brasil como colônia de Portugal, *O Conciliador* enaltece as grandezas lusitanas, a obediência e lealdade ao Rei já na tradicional epígrafe com versos de Camões. O periódico teve uma duração breve, mas seu editor ainda publicaria muitos outros jornais panfletários absolutistas durante o período regencial, os quais mantiveram certa coerência de ideias e uniformidade no estilo de escrita.

O Conciliador foi o primeiro jornal particular publicado no Brasil e era impresso na única tipografia existente no país, a Impressão Régia, da qual Silva Lisboa era o editor. Seus sete números, publicados entre março e abril de 1821, saíram então da tipografia oficial “com licença”.

Seguindo o mesmo tom áulico do primeiro, surgem os periódicos *O Amigo do Rei e da Nação* e *O Bem da Ordem*. Pelos nomes que receberam, pode-se imaginar o seu conteúdo, ambos favoráveis às cortes e contrários a uma política liberalista que começava a se formar e fomentar o pensamento social.

O primeiro jornal que vai fazer oposição ao rei é o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Lançado em setembro de 1821, esse foi o primeiro jornal que não passou pelo crivo do censor. Pregando os ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, o *Revérbero* usava de retórica veemente para denunciar os desmandos de Portugal contra os interesses do Brasil. Foi uma das principais publicações à época e das que mais tiveram influência sobre os advenços da Independência e da Assembleia Constituinte. Seus editores eram respeitados membros da Loja Maçônica, Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego da Capela Real, Januário da Cunha Barbosa, os quais, posteriormente, foram expulsos do Brasil em 1822, acusados de conspiração. Mas antes de isso acontecer, fizeram sacudir as bases políticas brasileiras com as páginas de seu jornal.

Daí por diante, incontáveis jornais e panfletos surgiam em defesa ou oposição à monarquia. Um dos mais relevantes, *O Despertador Braziliense*, foi um panfleto publicado anonimamente, mas atribuído a José da Silva Lisboa (pelo teor e pelo estilo), e que exerceu de maneira incisiva pressão sobre o príncipe regente pela sua permanência no país e pela independência do Brasil após os decretos abusivos oriundos das cortes de Lisboa, em dezembro de 1821, os quais determinavam, entre outras medidas, o envio de tropas para a Bahia e o retorno imediato de D. Pedro I à Portugal.

Essa folha denuncia de maneira apaixonada e contundente a arbitrariedade daquelas ordens e seu caráter nocivo ao país e pressiona o príncipe regente a desobedecer às cortes e defender o Brasil. Esse panfleto acaba por abrir o precedente para outras publicações na mesma linha e é hoje considerado um importante documento que iniciou o movimento pelo “Fico”.

Em oposição a publicações como as do *Revérbero* e do *Despertador Braziliense*, aparece o jornal *O Espelho*. Lançado em outubro de 1821, seu editor era Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, antigo redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da revista *O Patriota*. Seguindo a mesma configuração dos jornais da época, era composto por um artigo de quatro páginas, escrito pelo redator ou transcrições de artigos dos jornais de Lisboa.

Os historiadores afirmam que, provavelmente, *O Espelho* era subsidiado por D. Pedro I, que publicava nele, anonimamente, textos próprios quando queria atacar seus inimigos. Escondido atrás de pseudônimos como Simplício Maria das Necessidades, O Inimigo dos Marotos, Piolho Viajante, O Anglo-Maníaco, e o Derrete Chumbo a Cacete, o Príncipe Regente escrevia artigos agressivos, de linguagem grosseira com palavrões e termos de baixo calão. (RIBEIRO:2007)

O primeiro número de *A Malagueta*, foi publicado em dezembro de 1821. Era este um jornal de oposição e panfletário, o qual usava de linguagem radical e apaixonada em artigos que protestavam contra medidas arbitrárias da corte. Seu redator e diretor, o jornalista Luiz Augusto May, era conhecido por envolver-se em polêmicas e intrigas, o que o levou a sofrer dois atentados, quando a violência no jornalismo desse período extrapolou as páginas dos jornais e chegou às vias de fato.

Como era o costume da época, o jornal trazia uma epígrafe, uma frase de Jean-Jacques Rousseau: “*Quando se diz acerca dos negócios do Estado: Que me importa? Deve-se contar que o Estado está perdido*”. De tiragem semanal, o jornal era composto por um único artigo, escrito em primeira pessoa, sendo dirigido, muitas vezes, diretamente ao imperador, com opiniões e críticas políticas.

O N.º 14, no qual não me dirijo se não a V.A.R. supplicando se Digne Proteger Constitucionalmente a subscrição da minha Folha, emprehendida em momentos árduos, já pela natureza das circunstâncias, em que o Escriptor se viu já pela minha insufficiêcia, maiormente comparada esta com a superioridade dos Escriptores do dia; mas como meos tópicos são sempre Constituição, União, Tranquilidade, e obediencia às Leys, e com esta ao Governo, vou marchar de Cabeça levantada, sem receios, sem prejuízos, sem respeitos humanos, e com os olhos fitos em V.A.R. Beija a sua Augusta Mão – Senhor. – O Redactor da Malagueta (A Malagueta, nº 14, 1822)

Em abril de 1822, João Soares Lisboa, um pequeno comerciante de origem portuguesa, lança o jornal *O Correio do Rio de Janeiro*, cuja epígrafe era uma frase do poeta português Felinto Elísio: “*Neste limpo terreno virá assentar seu trono a vã filosofia mal-aceita*”. Soares Lisboa não era um erudito como os redatores de outros jornais, portanto sua linguagem era mais simples e seu estilo popular. Entretanto, o tom apaixonado dos textos era usado para defender suas ideias, nunca para atacar ou ofender seus adversários, como o faziam tantos outros jornalistas desse período.

O estilo popular do jornalista já se revelava no primeiro número, lançado numa quarta-feira. Nele, João Soares diria que o *Correio* se propunha a inserir toda a correspondência recebida, contanto que não encerrasse diatribes e sarcasmos, porque, acrescentava, “não substituiremos a nossa folha a semelhante linguagem: argumentar é próprio do homem livre, bem-educado; atacar é próprio de quem não teve educação, nem adquiriu sentimentos de honra” (LUSTOSA, 2000, p.174-176).

Unindo-se aos maçons Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, Soares Lisboa empreendeu uma campanha pela Constituinte, levantando seis mil assinaturas num abaixo assinado pela sua convocação. Assumindo uma postura radical, esse grupo atacava com publicações agressivas os adversários que se opusessem a seu projeto, como José da Silva Lisboa, que era o principal alvo desses ataques.

Por ter criticado duramente o imperador sobre o decreto que determinava eleições indiretas para a Assembleia, o editor de *O Correio* foi o primeiro jornalista levado a júri por abuso da liberdade de imprensa, acusação de que foi absolvido no julgamento.

Absolvido das acusações, Soares voltou ao seu jornal fortalecido pelo apoio dos leitores, que se manifestavam através da seção de correspondência. O *Correio do Rio de Janeiro* era, talvez, o mais popular dos jornais que circulavam na cidade. Os textos que figuravam ali na seção de correspondência nos oferecem um *flash* das maneiras de pensar e de se comunicar da gente simples. São também um documento precioso da maneira como o jargão e as ideias do Iluminismo foram absorvidos pelo povo dos trópicos. (LUSTOSA:2003)

Em 1823, é a vez dos irmãos Andrada lançarem seu próprio jornal. Após deixarem o governo e se tornarem oposição, eles publicam *O Tamoyo*, no qual defendem um sistema federativo e criticam Portugal que continua a levar as riquezas do Brasil mesmo após a independência. O próprio título do jornal reflete essa posição de combate ao elemento português, tal qual os índios tamoios no início da colonização. Este era um dos jornais mais bem escritos dos que circulavam na época; a retórica dos ex-ministros do governo favorecia a

eloquência dos artigos do jornal. Quando do fechamento da Constituinte, *O Tamoyo* foi extinto e foram presos os seus redatores.

Muitas outras publicações semelhantes às citadas existiram nesse momento da história da nação brasileira, tantas que um só artigo é pouco para tratar de todas. A historiadora Isabel Lustosa intitula seu livro sobre a imprensa desse período de *Insultos Impressos* (2000), pois os jornais e panfletos que se publicavam eram virulentos e agressivos uns com os outros. A liberdade de imprensa, ainda não devidamente regulamentada, foi usada para criar um cenário de insultos e ignóbeis ataques. Sob pseudônimos, até o Príncipe D. Pedro I engrossou a lista dos que usaram as páginas dos jornais com o objetivo de vilipendiar seus opositores.

Considerações finais

Os registros históricos nos mostram que o nascimento da imprensa brasileira coincide com um período de profundas transformações no cenário político e social brasileiro. A vinda da família imperial seguida da corte portuguesa que se instalou na colônia estabeleceu novas regras de convivência e conduta social que transformaram, “do dia para a noite”, a colônia em metrópole. O papel da imprensa nesse cenário é de fundamental importância na formação de um público leitor no Brasil e no tratamento de questões políticas que influíram diretamente na evolução do país como nação independente e detentora da sua própria Constituição.

Apesar de escrever e publicar a partir da Europa, Hipólito da Costa hoje é, merecidamente, considerado Patrono da Imprensa Brasileira por sua atuação como o fundador do primeiro jornal brasileiro. Não obstante, seus méritos vão muito além desse fato: seu trabalho “missionário” buscava o fim do obscurantismo e da corrupção a que sua tão distante, mas querida nação estava condenada desde o início da colonização.

Vimos também que a extinção da censura prévia propiciou o surgimento de uma imprensa ideológica, combativa e apaixonada que, embora tenha cometido excessos, contribuiu definitivamente para as mudanças pelas quais era necessário passarmos para avançar na luta pela liberdade. Não à toa, Imprensa se escreve com “i” de Independência, como bem disse Isabel Lustosa (2003).

Referências bibliográficas

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (org.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. SP, Cia das Letras, 2000.

_____. *O nascimento da imprensa brasileira*. RJ, Jorge Zahar, 2003.

MARIANI, Bethânia. Os primórdios da imprensa no Brasil. In: ORLANDI, Eni (Org.). *O discurso fundador*. São Paulo: Pontes, 1993.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. v.1.

_____. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

RIZZINI, Carlos. *O LIVRO, O JORNAL E A TIPOGRAFIA NO BRASIL. 1500 1822 Com um Breve Estudo Geral Sobre a Informação*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1946.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. (Intercom – Soc.Bras. Estudos Interdisciplinares da Comunicação – V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo: 2007)

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

THE ROYAL PRESS

THE LATE BIRTH OF THE PRESS IN BRAZIL

Abstract: This article presents an overview of the Brazilian Press in the regency period, more specifically between the years 1808 and 1823, from a study on the bases of the national press. Following the historiographic methodology proposed by Koerner and Swiggers, we seek to analyze the context of production of these texts, their historical value and their reflexes today. Based on the bibliography of the works of historians and researchers in the history of the Brazilian press, such as Carlos Rizzini, Nelson Werneck Sodré, Rubens Borba de Moraes and Isabel Lustosa, we started from the institution of a Royal Impression when the imperial court arrived in Brazil, and we arrived until the first independent newspapers of the Empire, from 1821 to 1823. Research shows how the curbing of the press in colonial Brazil by the Portuguese crown deprived Brazilians of access to information and expression for centuries and when the press is finally instituted in the country, starts to play an essential social role in the process of social transformations and colony evolution to an independent nation.

Keywords: Historiography; Royal press; Hipólito da Costa; 19th century newspapers